

SOBRE A FUNÇÃO DAS PREDICAÇÕES INTENCIONAIS: OBJEÇÕES AO MENTALISMO

Filipe Lazzeri e Jorge Oliveira Castro *

Universidade de Brasília

Resumo: Neste trabalho, questionamos a perspectiva mentalista sobre as predicções intencionais, entendida como aquela segundo a qual estas predicções, em seu uso ordinário, têm a função primária de designar entidades internas ao organismo (estados, processos ou similares) determinantes causais de seus comportamentos. Apontamos três objeções a ela, baseadas na análise lógica das predicções intencionais (a linha fundamental das quais já concebidas por outros autores, nomeadamente, Bennett e Hacker, Ryle, Wittgenstein e Skinner). Simultaneamente, procuramos também delimitar elementos de uma abordagem satisfatória, não-mentalista, sobre a função dessas predicções. Propomos a abordagem de Ryle

* Eu (Filipe Lazzeri) gostaria de agradecer a Paulo Abrantes e ao CNPq pela bolsa de iniciação científica. Eu (Jorge O. Castro) agradeço ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa.

coadunada com a causação selecionista do comportamento como tal alternativa.

Palavras-Chave: predicados intensionais; mentalismo; categorias conceituais; comportamento; seleção por consequências.

Abstract: In this article, we challenge the mentalist view of intentional predicates, which interpret such predicates as having, in their common usage, the primary function of denoting entities inside the organism (states, processes or similar ones) that causally determine its behaviors. We present three objections to this mentalist perspective, based upon logical analyses of intentional predicates (the fundamental line of which has been developed by other authors, viz. Bennett and Hacker, Ryle, Wittgenstein, and Skinner). Simultaneously, we attempt at drawing some lines of a better, non-mentalist approach concerning the function of such predicates. We propose Ryle's approach complemented by a selectionist causation of behavior as an alternative.

Key-words: intentional predicates; mentalism; conceptual categories; behavior; selection by consequences.

Introdução

Este trabalho trata da questão da função dos predicados intencionais tais como usados ordinariamente. Assim, está-se a tratar de predicados tais como crença, intenção, propósito, querer, expectativa, temor e similares, os quais são predicados psicológicos analisáveis sob a forma lógica ‘s Ψ que p’, em que s é uma variável para um organismo (por exemplo, uma pessoa particular; um cachorro particular), Ψ é um verbo intencional e p é o complemento deste verbo expressando um conteúdo proposicional (por exemplo, que há um predador à esquerda; que a lasca de madeira está atrás da árvore). Às predicacões de predicados intencionais, denominaremos predicacões intencionais. Por exemplo, “Pedro tem o propósito de escrever uma obra filosófica extensa”; “O cachorro acha que a lasca de madeira que seu dono lhe jogou foi parar atrás da árvore”.

Estamos preocupados primariamente com a função ordinária desses predicados, não com usos técnicos que deles são feitos ou possam ser feitos por certos cientistas e filósofos. Os usos técnicos, no entanto, baseiam-se no uso ordinário, ou seja, pressupõem regras deste. Por isso, entendemos que, pela delimitação da função ordinária dos predicados intencionais, tem-se condições de avaliar o uso técnico deles (avaliar se ele faz sentido ou não).

Como nosso foco é as predicacões intencionais, interessa-nos aqui primariamente os enunciados em termos de predicados intencionais feitos em terceira pessoa, não de primeira pessoa. Isso

significa que não estamos pressupondo que quando uma pessoa diz, por exemplo, ter certa intenção ou propósito, que ela esteja fazendo uma predicação (uma forma de descrição ou inferência) sobre si (embora pensemos que o uso de primeira pessoa dos predicados intencionais guarda características do uso de terceira pessoa).

Assumimos (embora isso não seja crucial) que alguns predicados do vocabulário psicológico ordinário não são analisáveis sob a forma lógica ‘s Ψ que p’, tais como os predicados de experiência (por exemplo, “...ter sensação de vermelho”, “...ter sensação de dor”). Isso porque não há conteúdos proposicionais como complementos dos verbos correspondentes a eles. Portanto, as predicações psicológicas de experiências não estão em questão neste trabalho (embora algumas abordagens sobre eles que estarão em foco sejam também para os predicados psicológicos em geral).

O objetivo deste trabalho é duplo: mostrar que a perspectiva mentalista sobre a função das predicações intencionais é insatisfatória e delimitar elementos de uma abordagem satisfatória sobre essa função. Para tanto, exploramos três objeções gerais à perspectiva mentalista, baseadas na análise lógica dessas predicações. As linhas fundamentais destas objeções já foram elaboradas por outros autores, embora não tenhamos aqui qualquer preocupação exegética a esse respeito. Procuraremos mostrar que são sólidas e, quando for o caso, que não foram atingidas por objeções contrárias. A crítica que fazemos

ao mentalismo é que ele não é fidedigno ao uso das predicções ordinárias. Em outras palavras, ele viola as regras da linguagem intencional, assim incorrendo em erros de categoria (usos de certos conceitos equivocadamente, como se pertencessem a uma outra categoria lógico-gramatical) e não capturando corretamente sua função. Essa crítica nos permitirá ao mesmo tempo delimitar certas categorias conceituais dos predicados intencionais.

Mentalismo é um conceito que filósofos e psicólogos empregam a respeito de diferentes coisas e em diferentes sentidos. Trata-se de um predicado aplicado por eles a, inter alia, certos usos dos predicados psicológicos ordinários (não só dos predicados psicológicos intencionais), a certas teorias que dizem respeito ao comportamento ou ao ser humano. Algumas vezes (por exemplo, em DENNETT, 1987), mentalismo é um conceito usado como uma denominação alternativa para o vocabulário intencional, o que ocorre ao falar-se em “vocabulário mentalista”, “predicados mentalistas”, “fala mentalista” e expressões análogas. Trata-se de um conceito usado em diferentes sentidos, porque, algumas vezes (por exemplo, em RACHLIN, 1994), mas em outras não, o comprometimento com a existência de estados mentais privados reveláveis por introspecção é uma parte fundamental de seu significado. Também em certas vezes, mas em outras não, ele é empregado tendo como parte de seu significado a noção de dualismo, ou seja, concepção de mente como algo imaterial que interage com coisas materiais. Skinner (1969; 1976),

FUNDAMENTO V. 1, N. 1 – SET.-DEZ. 2010

por sua vez, emprega o conceito para as abordagens em geral que tomam mediadores do comportamento, inclusive eventos neurofisiológicos, como determinantes causais primários do comportamento, e para explicações internalistas do comportamento.

Neste trabalho, empregamos o conceito de mentalismo em um sentido particular. Definimos mentalismo como (a) a perspectiva sobre o funcionamento das predicções intencionais que associa o significado delas a entidades internas (estados, processos ou similares) aos sujeitos dessas predicções, (b) tomando tais pressupostas entidades como determinantes causais dos comportamentos voluntários (ou ações). Em outras palavras, os mentalistas referem-se a crenças, propósitos, expectativas, etc. como estados, processos ou similares subjacentes aos comportamentos e determinantes deles ¹. Para o mentalista, explicações em termos de predicções intencionais são explicações causais.²

Na caracterização de mentalismo que delimitamos, está em questão o mentalismo sobre o funcionamento das predicções intencionais. Assim, o objeto primário do predicado mentalismo, sob essa acepção, é uma perspectiva sobre tal funcionamento, o que engloba todas as diferentes abordagens que dela compartilham; por

¹ Trata-se aproximadamente da assim chamada *teoria causal da ação*, em filosofia da mente e da ação.

² Essa definição aproxima-se do emprego que Skinner faz do conceito em foco, mas fazemo-lo de modo restringido ao âmbito da questão sobre a função das predicções intencionais.

exemplo, as abordagens de Davidson (1980), Goldman (1970) e aquela de Armstrong (1968; 1999) e de Lewis (1999a; 1999b) ³. De modo derivado, podemos falar que certos usos dos predicados intencionais e explicações, inclusive alguns feitos pelas pessoas ordinariamente, são usos e explicações mentalistas, nomeadamente, aqueles nos quais as predicacões intencionais se caracterizam por (a) e por (b)⁴.

A questão tratada neste trabalho é relevante, principalmente, para a psicologia e a filosofia. Para a psicologia, porque há decisões metodológico-conceituais nela que pressupõem um posicionamento com relação ao uso dos predicados intencionais, como, por exemplo, na caracterização dos aspectos gerais do objeto de investigação em seus modelos e teorias. Em filosofia, o uso de predicados intencionais permeia várias de suas indagações; em particular, a formulação de

³ Poderia ser interessante uma menção a aspectos particulares de diferentes abordagens mentalistas, a título de complementação da caracterização desta perspectiva que temos em vista objetar, mostrando um pouco da diversidade que ela abriga, mas não há espaço aqui para tanto. Além disso, procuraremos mostrar que o mentalismo é insatisfatório em princípio, e não apenas quanto às nuances particulares que ele tem em suas diferentes versões. Várias abordagens mentalistas sobre intenções, expectativas, etc. não são formuladas como abordagens sobre os conceitos intencionais, mas como teorizações metafísicas ou propostas de modelos para a psicologia; por exemplo, as abordagens de Descartes, de Hume e a assim chamada 'teoria representacional da mente', defendida, dentre outros, por Fodor (1987) e Dretske (1988). Nessa medida, são mentalistas de modo derivado, não no sentido primário (conceitual) que nos interessa no texto. No entanto, como tais teorizações pressupõem implicitamente as regras que governam o uso ordinário das predicacões intencionais, elas estão sujeitas às críticas que apontamos ao mentalismo em sentido primário.

⁴ No entanto, a crítica que fazemos neste trabalho é à perspectiva mentalista em filosofia da mente e da ação, e não ao mentalismo no qual as pessoas algumas vezes incorrem ordinariamente.

certas questões em filosofia da mente, tais como a questão mente-corpo e a questão da intencionalidade.

Os Predicados Intencionais Reclamam em Partes do Organismo?

A primeira objeção (OB₁) é a seguinte:

- (1) Se as predicções intencionais tivessem a função de designar entidades internas causadoras de comportamentos, então as predicções intencionais recairiam (primariamente) em partes do organismo (e não sobre o organismo como um todo). [Premissa analítica; o conseqüente está contido no antecedente.]
- (2) Se as predicções intencionais recaíssem sobre partes do organismo, então faria sentido aplicar as predicções intencionais a partes do organismo. [Fato gramatical da linguagem]
- (3) Não faz sentido aplicar as predicções intencionais a partes do organismo. [Fato constatado pela análise do uso da linguagem intencional]
- (4) Portanto, as predicções intencionais não têm a função de designar entidades internas causadoras de comportamentos. [De (1)-(3), silogismo hipotético]

A premissa (1) enuncia que, se aquilo que o mentalismo defende fosse verdadeiro, então, predicções intencionais apontariam para estados, processos ou similares internos a partes do organismo (ou reputadas partes); por exemplo, a uma alma, a uma mente, a uma consciência, ao cérebro, a partes do cérebro – dependendo da abordagem. Isso implicaria que o organismo como um todo recebe a predicção intencional apenas de maneira derivada, e não primariamente. Na abordagem de Descartes, por exemplo, as predicções intencionais têm como sujeito primário a alma, concebida como uma substância imaterial atuante na glândula pineal; na abordagem de Armstrong e de Lewis, as predicções intencionais têm como sujeito primário o cérebro, os autores defendem que elas designam estados e processos cerebrais físico-químicos. Elas teriam apenas de modo derivado pessoas ou certos animais não-humanos inteiros como sujeitos gramaticais, a partir de uma referência mais básica a partes do organismo.

Sustentamos a premissa (2) com base na noção de sentido de uma expressão. O mentalista está preocupado com o significado das predicções intencionais. Embora possa ter pretensões metafísicas com sua abordagem, ele está tratando de uma linguagem ordinária, cujo uso é regido por várias regras. Ao violar tais regras, incorre-se em um contra-senso, em um uso que não faz sentido, salvo apenas metaforicamente. Uma expressão para fazer sentido ou não é uma questão que antecede a veracidade ou falsidade. Por exemplo, que os

FUNDAMENTO V. 1, N. 1 – SET.-DEZ. 2010

predicados “...ouve” e “...dorme” não se aplicam a árvores e pedras (salvo metaforicamente) é uma questão gramatical, que antecede a veracidade ou falsidade de uma predicação tal como “Aquele árvore não ouviu direito” ou “As pedras da montanha estão dormindo”. Expressões como essas simplesmente não fazem sentido. Portanto, ao tratar do significado das predicções intencionais, tem-se de considerar as regras de seu uso, sob pena de se incorrer em expressões que não fazem sentido.

Uma análise das predicções intencionais leva-nos a constatar a premissa (3) de que não faz sentido atribuir predicados intencionais a partes do organismo. Não dizemos, por exemplo – tomando aqui o caso das abordagens mentalistas fisicalistas –, que o cérebro não crê na realidade das coisas, tampouco que ele seja cético (tal como a pedra não acorda, mas também não está dormindo). Não dizemos que o cérebro de um cachorro espera que seu dono lhe lance uma lasca de madeira para buscar ou que seu cérebro queira beber água. Portanto, o emprego de predicados intencionais a partes do organismo fere as regras de seu emprego.

Diz-se que uma pessoa não crê na realidade das coisas e que ela é cética; que uma pessoa ou um cachorro espera ou não buscar algo e que quer ou não beber água; etc. Assim, não faz sentido o emprego de predicados intencionais a partes do organismo, mas apenas ao organismo como um todo. Em outras palavras, a categoria

lógica apropriada das predicções intencionais é a dos organismos como um todo. Empregar os predicados intencionais a partes do organismo é incorrer em um erro de categoria. O mentalismo, equivocadamente, faz as predicções intencionais recaírem sobre partes do organismo. Portanto, ele incorre em erro de categoria ⁵. (Cf. BENNETT; HACKER, 2003, p. 68ss; HACKER, 1993 [1990], p. 59ss)

Há ainda vários outros aspectos lógicos das predicções intencionais com os quais teria de haver coerência atribuí-las a partes do organismo se o mentalismo fosse correto. Dizemos que esperanças são acalentadas; falamos em propósitos ambiciosos, crenças contagiantes, etc. Assim, se as predicções intencionais designassem partes de organismos, teria de fazer sentido dizer-se, por exemplo, no caso daqueles que sustentam que se tratam de partes do cérebro, que um processo cerebral é contagiante e é acalentado, e coisas assim. Se considerarmos que predicados tais como “cético”, “ambicioso”, “esperançoso”, etc. são aplicados por derivação de predicções intencionais, teria de fazer sentido dizer-se que um cérebro é cético, um cérebro é esperançoso, e assim por diante.

⁵ Não vamos entrar aqui em pormenores sobre aquilo que leva os mentalistas a incorrerem em tal erro de categoria, porque há várias e diferentes coisas que o fazem nas diversas abordagens mentalistas, aspectos tanto relacionadas à gramática dos predicados intencionais (que são “expressões sistematicamente enganadoras”, nas palavras de Ryle) quanto a motivações metafísicas e metodológicas (e motivações sócio-culturais correlatas).

Um mentalista poderia tentar contra-objetar, alegando que as regras de nossa linguagem intencional precisariam ser reformuladas, de modo a conformá-la àquilo que as entidades reputadas como sendo designadas pelas predicções intencionais são. Pensamos que isso é implausível por, pelo menos, duas razões.

A primeira razão é que uma reformulação das regras da linguagem intencional mudaria totalmente o significado dessas predicções, mas a questão deste é sobre o significado delas, e os mentalistas estão preocupados com ela. O significado das predicções intencionais seria outro, não o real, que é aquele que nos interessa, pois intenções, expectativas, etc. seriam ditos de partes de organismos e, por implicação, por exemplo, estados e processos cerebrais ou mentais seriam ditos ser acalentados e contagiantes; cérebros ou mentes seriam ditos quererem água; etc.

A segunda razão é que as predicções intencionais desempenham uma função diferente (sobre o que trataremos mais adiante), inteligível sem que seja necessário apelo a entidades internas, partes do organismo. Não fosse inteligível conceber o funcionamento das predicções intencionais de modo não-mentalista (ou seja, que elas não designassem entidades internas causadoras dos comportamentos), quiçá fosse compreensível uma tal proposta de reforma da gramática delas, mas este não é o caso – o erro está no mentalismo, não na linguagem intencional. Portanto, o propósito de

definição das predicacões intencionais em termos de supostas entidades internas homônimas seria equivocado (aliás, o propósito seria equivocado, não neurônios, cérebros, consciências ou análogos).

Os Predicados Intencionais Designam Entidades Discretas?

A segunda objeção (OB₂) é a seguinte:

- (1) Se as predicacões intencionais tivessem a função de designar entidades internas causadoras de comportamentos, então as predicacões intencionais seriam da categoria lógica de predicados para ocorrências. [Fato gramatical da linguagem]
- (2) A categoria lógica das predicacões intencionais não é a de predicados para ocorrências. [Fato constatado pela análise do uso da linguagem intencional]
- (3) Portanto, as predicacões intencionais não têm a função de designar entidades internas causadoras de comportamentos. [De (1) e (2), modus tollens]

A premissa (1) desse argumento é análoga à premissa (2) de (OB₁). O uso dos conceitos ordinários é governado por certas regras, que determinam sua categoria lógico-gramatical. Frases como “A aceleração do carro estava danificada” ou “O cérebro de Pedro tenciona escrever uma obra filosófica extensa” são erros de categoria (nomeadamente, no primeiro caso, usar-se o conceito de aceleração

como se equivalesse ao motor do carro que estava quebrado; no segundo caso, aplicar-se o conceito de intenção a uma parte do organismo) e elas não fazem sentido, o que podemos descobrir pela simples análise dos conceitos nelas envolvidos. Assim, se o mentalismo fosse correto, os predicados intencionais funcionariam como predicados para ocorrências, ou seja, estados, processos ou similares.

Se os predicados intencionais funcionassem como predicados para ocorrências, funcionariam como, por exemplo, aqueles aplicados comumente para movimentos e atividades animados e inanimados. Quando falamos de ocorrências, falamos de coisas que podemos geralmente localizar, que podemos a princípio fazer interromper imediatamente e depois deixar continuar, e cujo começo e término podemos determinar (embora nem sempre de modo preciso). As ocorrências admitem ser caracterizadas como rápidas, lentas, prolongadas, curtas, aceleradas, observáveis, testemunháveis, etc., incluindo suas negações, ou seja, não serem rápidas, não serem velozes e assim por diante. São, assim, exemplos de ocorrências os processos e atividades do cérebro, movimentos fisiológicos, sensações de dor, arrepios e estados de alegria.

A premissa (2) expressa que não é o caso de que os predicados intencionais sejam da categoria lógica dos predicados para ocorrências, como cremos Ryle (1949) e Wittgenstein (1967, §§44ss)

terem mostrado. Não dizemos coisas como: “Duas intenções rápidas ocorreram em mim”; “Uma vontade estava em minha cabeça durante um minuto”; “Pedro teve um propósito e três crenças pela manhã”; “Ela teve uma esperança às dez horas”; “O cachorro está com uma crença intensa e uma vontade agradável” (salvo metaforicamente). Mas, quando falamos de ocorrências, faz sentido dizer, *inter alia*, que elas são rápidas, que ocorrem em certo local, que ocorreram em número e intervalo temporal determinados, que começaram ou terminaram em um momento específico, que tiveram certa intensidade, que foram interrompidas e em seguida continuadas. Portanto, as predicções intencionais não funcionam como os enunciados para referência a ocorrências.

As predicções intencionais têm um caráter disposicional, no sentido de que alguém pode querer, tencionar, temer, etc. sem que, em um momento *t*, haja qualquer ocorrência de comportamento relacionado a tais coisas. Por exemplo, alguém pode tencionar fazer certa coisa mesmo que, no momento, esteja dormindo ou engajado em algo que não transparece a intenção.

David Armstrong (1968, p. 85-88; 1999, p. 62-64) alega que o caráter disposicional dos conceitos intencionais deve ter “um fundamento na realidade”, que ele sugere ser elementos neurofisiológicos subjacentes aos comportamentos. Porque, do contrário, este caráter ficaria sem explicação. Aceitando-se isso, alega

o autor, não haveria por que não se caracterizar o funcionamento destes conceitos correlacionando-os a tais elementos.

Nossa resposta é que há, certamente, elementos neurofisiológicos envolvidos na causação dos comportamentos que dizemos serem realizados, por exemplo, por um propósito, mas seria um erro de categoria a tentativa de uma identificação (seja de tipo-tipo ou de particular-particular) do propósito com tais elementos, porque os predicados intencionais não são da categoria de enunciados para ocorrências. Portanto, podemos estar legitimados apenas a inferir que crenças, propósitos e similares tenham condições neurofisiológicas, não que eles sejam coisas que pudessem ser logicamente tomadas como sendo extensão das predicções intencionais – sob pena de incorrer-se em expressões que não fazem sentido.

Acrescentamos ainda que, quando predicamos propósitos, expectativas e similares, olhamos para ações ocorridas nos contextos que lhe são ocasião, não para supostas causas interiores ao organismo. Ao procurarmos saber sobre a veracidade de que alguém tenha certo propósito, expectativa ou similar, são as condutas que decidem. Isso significa que as predicções intencionais têm como critério de aplicação ações manifestas e contextos, não entidades ocultas (cf. MELDEN, 1961; RYLE, 1949; WITGENSTEIN, 1953).

Se Pedro diz que tem o propósito de escrever uma obra filosófica extensa, julgamos pelo que ele faz. A pergunta que normalmente seria feita para saber se isso é verdade seria colocada em termos sobre a conduta de Pedro; por exemplo, se ele vem escrevendo e lendo muito. Não houvesse as condutas de escrever e ler muito, evidentemente não se diria que ele tenha tal propósito.

Não olhamos para o interior de Pedro para julgar se ele tem o propósito de escrever uma longa obra filosófica, mas para suas condutas, ao longo de certo tempo (meses e anos, neste caso), as quais, se realmente satisfazem tal predicação intencional, são dirigidas para a realização de uma obra filosófica extensa. Elas são constitutivas do critério e significado dela, não a neurofisiologia de Pedro ou qualquer outro aspecto interior dele.

Portanto, o fazedor de verdade de uma predicação intencional é o comportamento do organismo no contexto que é ocasião para sua ocorrência, não uma suposta base categórica interna, tampouco quaisquer outros elementos ocultos. Se não há comportamentos nos contextos que lhes são ocasião, ao longo de determinado tempo, então não faz sentido dizer-se que o organismo satisfaz a predicação que costumamos aplicar a respeito de tais comportamentos.

Armstrong (1999, p. 62), seguindo Putnam (1975) a respeito de experiências como dor, apela para certos casos que ele toma como

extremos, nos quais um organismo satisfaria uma predicação intencional mesmo que em nenhum contexto apropriado ele realizasse os comportamentos esperados. Isso supostamente colocaria dificuldades para se tomar os comportamentos como sendo fazedores de verdade, pois dessa maneira a veracidade de predicações intencionais ficaria sem ser explicada. Por exemplo – Armstrong menciona –, poder-se-ia supostamente aplicar uma predicação intencional verdadeira a uma pessoa totalmente parálitica.

A resposta que damos a esta alegação de Armstrong (e que daríamos a um caso imaginário de “super-super-espartano intencional”, ou seja, um super-super-espartano do argumento de Putnam (1975), que, ao invés de nunca manifestar suas dores, nunca manifestasse ações das condutas de intenções, desejos, etc.) é que, para um organismo paralítico, a veracidade de uma predicação intencional é ainda uma questão de realização de comportamentos. Se o organismo estivesse nos contextos apropriados, ele provavelmente realizaria os comportamentos que estaríamos legitimados a esperar. Se, por exemplo, uma pessoa quisesse alguma coisa a qual se pudesse haver acesso, ela provavelmente pediria a alguém que lha trouxesse, ou faria algum gesto que sinalizasse para isso (sendo que em ambos os comportamentos eles mesmos proporcionam contextos para que alguém lhe traga aquilo pelo que ela pede). Se se tratasse de um caso em que, por anos e anos, a pessoa estivesse totalmente paralisada, sem poder executar qualquer ação (nem mesmo sinais com os olhos), seria

FUNDAMENTO V. 1, N. 1 – SET.-DEZ. 2010

questionável que se poderia estar legitimado a atribuir predicados intencionais a ela. Pois o critério dos comportamentos e contextos é constitutivo do significado das predicacões intencionais.

A Causação Seleccionista do Comportamento é Compatível com o Mentalismo?

Nossa terceira objecção (OB₃) pode ser assim expressa:

- (1) Se a causação do comportamento (voluntário, ou ação) fosse seleccionista, então a identificação das predicacões intencionais com entidades internas como causas de efeitos comportamentais não seria fidedigna ao uso ordinário das predicacões intencionais. [Fato constatado pela observação deste uso]
- (2) A causação do comportamento é seleccionista. [Fato empírico]
- (3) Portanto, a identificação das predicacões intencionais com entidades internas como causas de efeitos comportamentais não seria fidedigna ao uso ordinário das predicacões intencionais. [De (1) e (2), modus ponens]

A causação seleccionista do comportamento caracteriza-se, grosso modo, pelos seguintes aspectos gerais⁶. As ações singulares

⁶ Estamos falando aqui do comportamento e de sua causação assim chamado por Skinner e a tradição skinneriana de, respectivamente, *operante* e *reforço* (ou ainda, FUNDAMENTO V. 1, N. 1 – SET.-DEZ. 2010

resultam em consequências, as quais aumentam ou diminuem a probabilidade de ocorrência futura de ações similares. Por exemplo, girar o botão do filtro d'água tem como consequência a obtenção de água (além de consequências de médio e longo prazos, tal como saúde). Um cachorro ir buscar a lasca de madeira que seu dono lhe jogou tem como consequência pegar a lasca e pode ter também como consequência afagos do dono. Nesses casos, as consequências aumentam a probabilidade de ocorrência de tais comportamentos futuramente, sob os contextos similares. Se, por exemplo, girar o botão do filtro não resultasse na obtenção da água, por ele estar desativado, então em um contexto futuro similar (de o filtro estar desativado) a pessoa com menor probabilidade girará o botão. Se buscar a lasca de madeira resultasse em ter de enfrentar um enxame de abelhas que atacassem o cachorro, seria menos provável que ele viesse novamente a buscar o objeto próximo delas.

O contexto ambiental da ação singular não é o determinante causal primário da ação singular, mas apenas uma provável ocasião para a ação produzir aquelas consequências que, no passado, sucederam ações similares, aumentando sua probabilidade. Aquilo que determina a ocorrência da ação singular em um momento t não é

condicionamento operante, seleção do comportamento). No entanto, para o propósito desta objeção, não é preciso haver comprometimento com particularidades da abordagem de Skinner (mesmo porque há divergências a respeito de algumas delas), senão apenas com os aspectos gerais e, aqui assumimos, consolidados da causalção seletiva do comportamento.

FUNDAMENTO V. 1, N. 1 – SET.-DEZ. 2010

apenas seu contexto em *t*, mas sim a interação deste com as consequências passadas de ações similares. Em outras palavras, o processo histórico de seleção das ações similares – um processo seletivo (de condicionamento ou reforço), é parte fundamental na determinação da ação. Esse tipo de processo causal é diferente do processo causal “estímulo-resposta”, ou “bola-de-bilhar”, no qual a causa e o efeito constituem elos contínuos espacial e temporalmente, já que a ação é determinada pelos efeitos reforçadores de ações similares ocorridas em tempos passados.

Assim, a causalidade seletiva do comportamento é análoga à seleção natural das espécies sob importantes aspectos (cf. GLENN et al., 1992). Em primeiro lugar, o processo ocorre sobre um conjunto de indivíduos que variam. No caso da seleção natural, tem-se uma população de seres vivos particulares (por exemplo, indivíduos de uma espécie de macacos); no caso da seleção do comportamento, uma “população” de ações singulares, que constituem um padrão de comportamento (por exemplo, atos de obter água constituintes da conduta de utilizar filtro d’água). Em ambos os casos, o conjunto de indivíduos define-se pela sua origem comum, ou seja, a história de seleção. Em segundo lugar, trata-se de um processo causal histórico, descontínuo espacial e temporalmente. No caso de um indivíduo particular de uma espécie, ele deve sua existência à história de seleção da espécie do qual é uma instância; no caso de uma ação singular, ela deve sua existência à história de seleção do padrão de comportamento

FUNDAMENTO V. 1, N. 1 – SET.-DEZ. 2010

do qual é uma instância, ou seja, às conseqüências que o modelaram, ocorridos em lugares e tempos passados diferentes.

Para a premissa (2), há pelo menos duas razões. A primeira razão é que o selecionismo do comportamento é demonstrado empiricamente. Por certo, não podemos falar de demonstração em ciências empíricas no mesmo sentido que falamos que há demonstração em matemática. Entretanto, podemos dizer que há evidências empíricas abundantes a seu favor, tanto em laboratório quanto em aplicações práticas. A segunda razão é que o selecionismo do comportamento é plausível também vivencialmente, ou seja, pelo valor de inteligibilidade, predição e controle que proporciona na vida cotidiana. Na prática, ela ajuda-nos significativamente a compreender por que fazemos o que fazemos, os comportamentos das outras pessoas e os aspectos ambientais relevantes do comportamento (por exemplo, seus determinantes sociais).

Afirmamos na premissa (1) que a causação selecionista do comportamento é incompatível com uma interpretação mentalista das predicções intencionais. Isto porque as pessoas não as usam em sentido mentalista quando conhecem os determinantes dos comportamentos. Elas descrevem os comportamentos de um animal em termos de querer, intenções e similares, tomando-os como causas dos comportamentos apenas quando desconhecem as causas históricas deles. Por exemplo, não dizem que o que faz com que um

arremesso de uma bola de basquete seja certo corresponda a uma crença de que se está a uma determinada distância da cesta, uma vontade de fazer a bola cair, ou coisas assim; não dizem que um pombo pousa em uma árvore ou que ele evita uma árvore onde há predadores por haver um querer pousar ou um querer evitar predadores atuando no interior do pombo.

Como esclareceu Skinner (1976), pelo fato de as causas dos comportamentos não estarem no presente, mas no passado, e serem processos paulatinos, não estimulações súbitas, elas são com frequência, naturalmente negligenciadas pelas pessoas. Em tais casos, as pessoas são levadas a falar em crenças, propósitos, etc. como causas internas dos comportamentos. Somam-se a essa limitação epistêmica outros fatores, como o da cultura milenar na qual vivemos estar acostumada a conceber os seres humanos como agentes que escolhem livremente e são responsáveis por suas ações. Outro fator é que nós e outros organismos experimentamos certas sensações na circunstância do agir, produtos colaterais de nossas interações históricas no meio em co-atuação com determinantes filogenéticos. Ao se estar em um contexto que é ocasião para certos comportamentos, tais estados e processos ocorrem. Eles facilmente são tomados como causas, substitutos da causação não visualizada, mas é um equívoco achar-se que eles sejam as causas dos comportamentos; em particular, é uma inferência *post hoc, ergo propter hoc*. Um cachorro vai buscar a lasca de madeira não por causa das sensações que ele sente imediatamente

FUNDAMENTO V. 1, N. 1 – SET.-DEZ. 2010

ao ver seu dono fazer a gesticulação em jogando o objeto, mas porque buscar a lasca teve conseqüências reforçadoras, em situações semelhantes. Além disso, as sensações que ele possa ter decorrem desse processo anterior, o que as excluem como possíveis determinantes causais.

Ainda que aquelas entidades internas sejam apenas produtos colaterais, não os determinantes do comportamento, o mentalista poderia tentar propor uma identificação (de tipo-tipo ou de particular-particular) entre as predicções delas e as predicções intencionais (uma linha que Dretske [1988] explora). Entretanto, haveria nisso incompatibilidade com o uso ordinário das predicções intencionais, em primeiro lugar porque uma tal tentativa de identificação incorreria no erro de categoria apontado em (OB₂). Em segundo lugar, porque as pessoas não usam as predicções intencionais em sentido mentalista quando conhecem àqueles (pessoas ou outros tipos de organismos) que descrevem, seja por familiaridade, fazendo parte de sua história, ou indutivamente, a partir da vivência de casos semelhantes passados. Como a tentativa de identificação das predicções intencionais às entidades internas não seria fidedigna ao uso ordinário das predicções intencionais, ela seria equivocada.⁷

⁷ Dennett (1978) propõe um uso mentalista do vocabulário intencional ao mesmo tempo admitindo o selecionismo do comportamento, mas postulando que o cérebro é

FUNDAMENTO V. 1, N. 1 – SET.-DEZ. 2010

Conclusão

Concluimos que a função predicções intencionais, em seu uso ordinário, é diferente do que as abordagens mentalistas defendem. Esses enunciados não têm a função de designar entidades internas causadoras dos comportamentos.

Procuramos apontar três razões gerais para mostrar que o mentalismo é implausível. A primeira é que o mentalismo faz com que as predicções intencionais recaiam sobre partes do organismo ao invés de sobre o organismo como um todo. Mas a atribuição de predicados intencionais a partes do organismo viola as regras lógico-gramaticais que governam o uso das predicções intencionais, gerando expressões que não fazem sentido.

A segunda razão geral é que os predicados intencionais não são da categoria lógica dos predicados para ocorrências, ao contrário do que o mentalismo pressupõe. Eles têm um caráter disposicional,

um ambiente distinto do restante do ambiente, no qual ocorreria um processo selecionista distinto daquele que ocorre sobre o comportamento do organismo como um todo. Não vamos tratar dessa proposta de Dennett aqui, porque é uma proposta para a psicologia, na base da idéia de que tal vocabulário assim pensado teria um valor instrumental para essa ciência, e não uma descrição do funcionamento real, ordinário dos predicados intencionais. A respeito dessa proposta, gostaríamos de mencionar apenas que, ao nosso ver, Dennett faz aquela postulação por achar equivocadamente que o processo selecionista do comportamento do organismo como um todo seria necessariamente um processo de aprendizagem individual por contato direto com as contingências ambientais (um processo por “tentativa e erro”), assim negligenciando, *inter alia*, a contribuição fundamental de Skinner (1969) sobre o comportamento de seguir regras.

FUNDAMENTO V. 1, N. 1 – SET.-DEZ. 2010

que é irreduzível a ocorrências considerando as regras que regem seu uso ordinário.

A terceira razão geral é que, considerando que o comportamento tenha causação selecionista, a ideia de entidades mentais determinantes dos comportamentos como correspondentes às predicções intencionais é um equívoco. É-se levado a tal suposição porque, *inter alia*, as causas deles são históricas (processos passados e paulatinos), não coisas presentes e discretas visíveis à pessoa, de modo que elas não aparentam estar no lugar certo para os produzirem. As pessoas não usam em sentido mentalista predicções intencionais quando conhecem, por experiência direta ou por inferência a partir de outros casos, a determinação ambiental do comportamento.

Dois elementos que, concluímos, são necessários para uma abordagem satisfatória da função das predicções intencionais são duas categorias lógicas delas. Os predicados intencionais são da categoria lógica do organismo como um todo (e não de partes dele) e da categoria lógica dos conceitos disposicionais (e não de conceitos para ocorrências, ou entidades discretas).

Esses elementos estão em consonância com a análise lógica feita por Ryle (1949). A resposta que consideramos plausível para a questão da função das predicções intencionais é, na linha de Ryle, que essa função é de remeter a padrões molares de comportamentos

de organismos inteiros e os contextos que lhes são ocasião, e, assim, legitimar inferências, explicações (não-causais) e o controle de comportamentos.

Não há espaço aqui para tratarmos dos pormenores dessa análise e das objeções que lhe foram feitas (tratamos apenas da objeção de Armstrong, diretamente relacionada ao argumento (OB₂) delineado por Ryle). Por ora, é o suficiente notar-se que, coadunada com a causalidade selecionista do comportamento, ela responde ao desafio de Davidson (1980, p. 4ss) de mostrar como as explicações intencionais não seriam causais. As predicações intencionais não constituem explicação causal porque não desempenham sua função de tornar inteligíveis as ações designando causas (propósitos, expectativas e similares não são causas), mas contextualizando as ações. Ainda que o contexto não seja causa, a contextualização é explicativa porque o contexto sinaliza que certas ações muito provavelmente resultariam em certas conseqüências que seriam de se esperar que fossem atingidas pelo agente. O porquê da ação jaz na história de interação do organismo mais o fato de ela estar no contexto ocasião para essa ação.

Referências Bibliográficas

ARMSTRONG, D. M. A materialist theory of the mind. London: Routledge, 1968.

_____. The mind-body problem: An Opinionated Introduction. Boulder, CO: Westview Press, 1999.

BENNETT, M. R.; HACKER, P. M. S. Philosophical foundations of neuroscience. Oxford: Blackwell, 2003.

DAVIDSON, D. Essays on actions and events. Oxford: Oxford University Press, 1980.

DENNETT, D. Why the Law of Effect Will Not Go Away. In: _____. Brainstorms: Philosophical Essays on Mind and Psychology. Cambridge, MA: MIT Press, 1978, p. 71-89.

_____. The intentional stance. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987.

DRETSKE, F. Explaining behavior: Reasons in a World of Causes. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.

FODOR, J. A. Psychosemantics: The Problem of Meaning in the Philosophy of Mind. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

GLENN, S. S.; ELLIS, J.; GREENSPOON, J. On the Revolutionary Nature of the Operant as a Unit of Behavioral Selection. *American Psychologist*, 47 (11), p. 1329-1336, 1992.

GOLDMAN, A. I. A theory of human action. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1970.

HACKER, P. M. S. Wittgenstein: Meaning and Mind. Part 1: Essays. Oxford: Blackwell, 1993. (Originalmente publicado em 1990.)

LEWIS, D. Psychophysical and Theoretical Identifications. In: _____. Papers in Metaphysics and Epistemology. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 248-261. (1999a)

_____. Reduction of Mind. In: _____. Papers in Metaphysics and Epistemology. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 291-324. (1999b)

MELDEN, A. I. Free action. London: Routledge, 1961.

PUTNAM, H. Brains and Behavior. In: _____. Mind, language and reality: Philosophical Papers, Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 325-341.

RYLE, G. The concept of mind. London: Hutchinson, 1949.

SKINNER, B. F. Contingencies of reinforcement: A Theoretical Analysis. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969.

_____. About Behaviorism. New York: Vintage Books, 1976. (Originalmente publicado em 1974.)

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. Ed. by G. E. Anscombe; R. Rhees; trans. by G. E. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1953.

_____. *Zettel*. Ed. by G. E. Anscombe; G. H. von Wright; trans. by G. E. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1967.